



CONSTANTE EVOLUÇÃO

O FUTURO DOS PAGAMENTOS: QUAIS SÃO OS ASSUNTOS PARA ESTE ANO? ➡ Leia na página 8

Reforma tributária: cinco pontos de atenção para o e-commerce

Especialista relaciona setores que devem ser reavaliados nos negócios eletrônicos

A Reforma Tributária está em pauta no Brasil, trazendo mudanças significativas que vão afetar diversos setores, inclusive o e-commerce. As empresas desse mercado deverão reavaliar, principalmente, fluxo de caixa, os preços de compra e venda de produtos e a cadeia de fornecedores.

Felipe Beraldi, economista e gerente de Indicadores e Estudos Econômicos da Omie, plataforma de gestão (ERP) na nuvem, explica que a Reforma é uma das mudanças estruturais mais profundas da economia brasileira das últimas décadas, tendo em vista o impacto para todos os negócios de todos os portes. Com isso, os próximos anos devem ser marcados por um grande aprimoramento de gestão nas empresas. O economista lista, abaixo, tudo que um profissional do e-commerce precisa saber em relação às novas regras.

1 Unificação de tributos

O pacote de medidas para regulamentar a Reforma Tributária está em debate no Legislativo, com a principal proposta de unificar cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — em dois: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal), além do Imposto Seletivo para um rol específico de produtos. Essa mudança resultará na criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), simplificando o recolhimento de tributos e tornando o processo mais transparente.

“Ao refletir a carga tributária sobre as etapas da cadeia produtiva de modo mais transparente, as empresas do e-commerce passam a ter maior clareza para definir sua política de preços. É necessário se atentar às mudanças que a Reforma introduzirá no mercado, seja a redistribuição da carga tributária entre setores ou o mecanismo mais amplo de creditamento tributário em cadeias produtivas”, explica o economista.

2 Impacto nos preços de compra e venda

A prática de creditar e debitar sobre determinado tributo era, até então, mais comum no

AndreyPopov_CANVA



ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Com a reforma tributária, o creditamento será ampliado para o consumo como um todo.

Para se ajustar à nova carga tributária, será necessária uma análise aprofundada sobre a política de precificação. Deixar para ajustar os valores de produtos vendidos online de uma só vez pode exigir aumentos significativos. “Uma mudança brusca afeta o relacionamento com clientes e fornecedores, que podem optar por não mais comprar, o que influencia na viabilidade e crescimento do negócio”, comenta Beraldi.

3 Impacto no fluxo de caixa

O economista lembra que, com as alterações legislativas, os negócios que vendem online precisarão lidar mais com dados e conhecer melhor elementos financeiros do negócio. “A falta de preparação pode gerar uma estruturação inadequada do fluxo financeiro e dos indicadores básicos do negócio, incluindo o risco de pagar tributos a mais ou a menos, o que pode desencadear auditorias fiscais e investigações por parte da Receita Federal”, completa.

4 Transição gradual

A Reforma Tributária deverá trazer efeitos positivos sobre o PIB potencial do país

no médio e longo prazo. Mais crescimento significa também mais oportunidades de negócios, que virão com desafios complexos. Beraldi ressalta que a implementação do IBS será gradual, com um período de transição de até oito anos. Durante esse período, os tributos antigos coexistirão com o novo sistema, exigindo adaptação e planejamento das empresas. “É essencial que os profissionais do e-commerce estejam preparados para essa transição, ajustando seus sistemas e processos para garantir a conformidade com as novas regras”, recomenda.

5 Avaliação da cadeia de fornecedores

A realização de um bom planejamento tributário se tornará elemento essencial para a sobrevivência - envolverá uma avaliação minuciosa por parte do empreendedor, visando manter sua competitividade no mercado, sem comprometer integralmente suas margens.

“Neste momento, lideranças de e-commerce devem ficar atentas à evolução da regulamentação e aos potenciais impactos específicos sobre o seu segmento, buscar organizar as informações financeiras de seu negócio e, especialmente, se aproximar do contador - profissional que terá um papel muito estratégico para as empresas neste contexto”, ressalta o economista.

Negócios em Pauta

Foto: ascomimport



Porto de Itajaí voltará a ter protagonismo no desenvolvimento econômico

Com expectativa de forte crescimento na movimentação de carga ao longo dos próximos anos, o porto de Itajaí já voltou a ser administrado pelo Governo Federal. A partir de agora, o complexo, que já foi um dos principais portos do Brasil, reconhecido por ser o maior exportador de grãos do país, será conduzido pela Autoridade Portuária de Santos (APS). Mesmo sendo administrado pela APS, responsável pela gestão do maior complexo portuário da América Latina, é importante destacar que todos os valores destinados de tarifas e taxas relacionadas à movimentação do porto serão alocadas na cidade catarinense, uma vez que a APS é uma empresa pública do Governo Federal. ➡ Leia a coluna completa na página 3

News@TI

Gustavo_Fring_de_Peixels_CANVA



Dois novos editais de R\$ 8,4 milhões para apoio a jovens cientistas

@ O Instituto Serrapilheira abriu nesta terça-feira (7) inscrições para duas novas chamadas públicas de apoio a jovens cientistas do Brasil. O investimento dos editais totaliza R\$ 8,4 milhões, que serão utilizados tanto no pagamento de bolsas quanto no financiamento a pesquisas. A oportunidade vai contemplar cientistas com vínculo permanente em instituições e também pós-doutorandos negros e indígenas sem vínculo. As inscrições podem ser feitas em (https://serrapilheira.fluxx.io/user_sessions/new). Serão selecionados até 16 pesquisadores nas duas iniciativas. O objetivo é criar condições para que os aprovados desenvolvam suas pesquisas com recursos financeiros flexíveis e autonomia. Outro foco é ampliar a participação de negros e indígenas em posições de destaque na carreira científica. As inscrições vão até as 15h de 4 de fevereiro de 2025. Serão selecionados até 16 pesquisadores nas duas iniciativas.. ➡ Leia a coluna completa na página 2

Os mandamentos para a descarbonização da sociedade (e da cadeia logística)

Quando avaliamos os principais vetores que podem facilitar o processo de descarbonização, encontramos estratégias que nos permitem racionalizar e estruturar os nossos comportamentos de modo a potencializar os resultados, que de outra forma demorariam muito mais tempo para serem alcançados. ➡

Transforme a experiência do cliente: como a IA revoluciona pesquisas de satisfação

O sucesso de uma empresa depende da sua capacidade de entender e atender às expectativas de seus clientes, principalmente em um mercado cada vez mais competitivo. ➡

Novos agentes inteligentes remodelam o varejo

Mais de 75% das empresas varejistas irão adotar soluções de inteligência artificial a fim de gerar dados de clientes que simulem informações reais. ➡

Split Payment: quais mudanças as empresas terão?

Com a chegada da reforma tributária no Brasil, as empresas enfrentarão mudanças significativas em suas rotinas financeiras e fiscais. Entre as principais inovações está o split payment, uma nova forma de recolhimento de tributos que promete mais eficiência e transparência para o sistema tributário. Porém, como toda mudança, ela traz desafios que exigirão atenção e planejamento. ➡

Para informações sobre o

MERCADO FINANCEIRO

faça a leitura do QR Code com seu celular



Receita Federal monitora Pix, moedas digitais e doações desde 1º de janeiro

A partir de 2025, uma nova regulamentação estabelecida pela Receita Federal vai impactar a forma como as transferências financeiras realizadas via Pix, entre outras transações, serão fiscalizadas. A partir de agora, transferências superiores a R\$ 5 mil para pessoas físicas e R\$ 15 mil para pessoas jurídicas deverão ser reportadas à Receita pelas operadoras de cartões de crédito e instituições de pagamento, como aplicativos de pagamento e bancos digitais. A medida, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro, faz parte do esforço da Receita Federal para aprimorar o controle sobre as movimentações financeiras no país. A nova regra foi estabelecida pela Instrução Normativa RFB nº 2.219/24, anunciada em setembro do ano passado, e agora as informações deverão ser enviadas obrigatoriamente via e-Financeira.